

Sumário

CAPÍTULO 1 ►	O princípio do contraditório do novo Código de Processo Civil.	
	Aproximações críticas	27
	<i>Guilherme Guimarães Feliciano</i>	
1.	INTRODUÇÃO. O CONTRADITÓRIO E SUAS NUANCES.....	27
2.	O CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (I): AVANÇO OU RETROCESSO?.....	29
3.	O CONTRADITÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (II): APEGOS LIBERAIS.....	31
4.	A “DUE PROCESS CLAUSE” ENTRE A JUSTIÇA E A DEMOCRACIA.....	33
5.	REPENSANDO O CONTRADITÓRIO EM PERSPECTIVA JUSFUNDAMENTAL	37
6.	À GUIA DE CONCLUSÃO	43
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
CAPÍTULO 2 ►	O Neoconstitucionalismo e o novo Código de Processo Civil.....	45
	<i>Paula Castro Collesi</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	45
2.	DEFINIÇÕES DE PRINCÍPIOS	
3.	NEOCONSTITUCIONALISMO E SUAS CRÍTICAS.....	49
4.	PONDERAÇÃO.....	50
5.	ARTIGO 8º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO	53
CAPÍTULO 3 ►	A efetividade do processo sob o impacto das políticas de gestão judiciária e do novo CPC.....	59
	<i>Leonardo Vieira Wandelli</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	59
2.	EFETIVIDADE E EICIÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL	60
2.1.	INSTRUMENTALIDADE, EFETIVIDADE E RACIONALIDADE ESTRATÉGICO-INSTRUMENTAL	60
2.2.	A FALSIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE EM EFICIÊNCIA.....	66
2.3.	TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E DIREITOS TRABALHISTAS.....	70
3.	A GESTÃO JUDICIÁRIA E SEUS IMPACTOS SOBRE A EFETIVIDADE DO PROCESSO	75
3.1.	TÉCNICA PROCESSUAL E TRABALHO JUDICIAL	75
3.2.	GESTÃO JUDICIÁRIA E DEGRADAÇÃO DO SENTIDO DO TRABALHO JUDICIAL.....	81
4.	UM DETALHE À GUIA DE CONCLUSÃO: A INCONGRUÊNCIA ENTRE O MODELO DE GESTÃO JUDICIÁRIA E A OPÇÃO QUALITATIVA DO NOVO CPC PELO CULTIVO DO PRECEDENTE	85
CAPÍTULO 4 ►	O novo CPC e sua aplicação supletiva e subsidiária no processo do trabalho	78
	<i>Edilton Meireles</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	87
2.	DOS PROCEDIMENTOS E DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA.....	88

SUMÁRIO

3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PROCESSO DO TRABALHO.....	90
4.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO E SUA APLICAÇÃO ÀS AÇÕES TRABALHISTAS	92
5.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	93
6.	A BUSCA EQUIVOCADA DA AUTONOMIA E O ESQUECIMENTO DO PROCESSO DO TRABALHO.....	94
7.	DA REGRA SUPLETIVA E DA REGRA SUBSIDIÁRIA.....	95
8.	REVOGAÇÃO DA REGRA DE SUBSIDIARIEDADE CONTIDA NA CLT	100
9.	COMPATIBILIDADE COM O PROCESSO DO TRABALHO	102
10.	DA APLICAÇÃO DA REGRA SUPLETIVA.....	107
11.	CONCLUSÕES.....	110
12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
CAPÍTULO 5 ►	O artigo 15 do novo Código de Processo Civil e os limites da autonomia do processo do trabalho.....	113
	<i>Salvador Franco de Lima Laurino</i>	
1.	INTRODUÇÃO: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PROCESSO DO TRABALHO.....	113
2.	A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL: A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A APLICAÇÃO DO PROCESSO COMUM COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS DOS PROCESSOS ESPECIAIS.....	114
3.	A AUTONOMIA DO PROCESSO DO TRABALHO: O PERCURSO HISTÓRICO E AS REGRAS DE PROCEDIMENTO ..	117
4.	O DEVIDO PROCESSO LEGAL: A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DO PROCEDIMENTO	119
5.	A APLICAÇÃO DO PROCESSO CIVIL COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS DO PROCESSO DO TRABALHO: A NORMA DO ARTIGO 769 DA CONSOLIDAÇÃO.....	122
6.	O ART. 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A APLICAÇÃO “SUBSIDIÁRIA” E “SUPLETIVA” DO PROCESSO CIVIL AO PROCESSO DO TRABALHO.....	124
7.	SEGUE: VANTAGENS E APLICAÇÕES DA DISTINÇÃO TRAZIDA PELO ARTIGO 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	128
8.	CONCLUSÃO: O ARTIGO 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CRISE DA AUTONOMIA DO PROCESSO DO TRABALHO	134
CAPÍTULO 6 ►	Comentários sobre a parte geral do novo CPC	137
	<i>Flávio da Costa Higa</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	137
2.	O PROCEDIMENTO COMO FORMA DE LEGITIMAÇÃO DAS DECISÕES	139
3.	DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E PROIBIÇÃO DE DECISÕES-SURPRESA	141
4.	A COOPERAÇÃO PROCESSUAL.....	146
5.	A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	150
6.	LITIGIOSIDADE, DEONTOLOGIA PROCESSUAL E SISTEMA DE INCENTIVOS ECONÔMICOS.....	154
7.	O REPÚDIO À JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA.....	161
8.	OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	165
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
CAPÍTULO 7 ►	Algumas linhas sobre a capacidade de ser parte e de estar em juízo	179
	<i>Thereza Christina Nahas</i>	

CAPÍTULO 8 ►	O novo Código de Processo Civil e as prerrogativas da magistratura nacional: reflexões de um juiz	189
	<i>Guilherme Guimarães Feliciano</i>	
1.	INTRODUÇÃO. O ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ASPECTOS POSITIVOS. A EVOLUÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.....	189
2.	INTRODUÇÃO CRÍTICA ÀS RAZÕES DE RESISTÊNCIA. A QUESTÃO DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL	192
3.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PONTOS CRÍTICOS. ARTIGOS 10, 15, 133, 235, 489, 927 E OUTROS...	197
4.	CONCLUSÕES.....	213
CAPÍTULO 9 ►	Atos processuais	215
	<i>André Araújo Molina</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	215
2.	APLICAÇÃO DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO	216
3.	ATOS PROCESSUAIS	229
3.1.	AJUSTE DO PROCEDIMENTO PELAS PARTES	230
3.2.	PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS.....	232
3.3.	PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ	232
3.3.1.	SENTENÇAS PARCIAIS E JULGAMENTO POR CAPÍTULOS.....	234
3.3.2.	RECORRIBILIDADE DAS SENTENÇAS PARCIAIS	236
3.3.3.	COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	238
3.3.4.	SENTENÇA CITRA PETITA, COISA JULGADA PROGRESSIVA E O JULGAMENTO IMEDIATO PELO TRIBUNAL.....	239
3.4.	TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....	242
3.5.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	242
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244
CAPÍTULO 10 ►	O processo do trabalho e os novos prazos processuais do CPC/2015	247
	<i>Carolina Tupinambá</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	247
2.	AS ESPÉCIES DE PRAZOS PROCESSUAIS	249
3.	A DISCIPLINA DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	250
4.	A DISCIPLINA DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	254
5.	A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL E A COMUNICAÇÃO DAS FONTES NORMATIVAS	257
6.	A EXISTÊNCIA CONCRETA DE ESPAÇO PARA INTEGRAÇÃO DO DIREITO E NEUTRALIZAÇÃO DE LACUNAS. OS FILTROS PARA A APLICAÇÃO DO CPC DE 2015 AO PROCESSO TRABALHISTA.....	259
7.	CONCLUSÕES.....	273
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	281
CAPÍTULO 11 ►	As tutelas de urgência como instrumento marco da realização do direito constitucional de ação – A nova ordem processual civil e no processo do trabalho	285
	<i>Thereza Christina Nahas</i>	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 12 ► Provas no novo CPC e o Processo do Trabalho	299
<i>Júlio César Bebber</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	299
2. DIREITO À PROVA	299
3. FINALIDADE DA PROVA	301
3.1. VERDADE	301
3.2. VERDADE MATERIAL VERSUS VERDADE FORMAL	302
4. DESTINATÁRIOS DA PROVA	303
5. LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS	303
5.1. PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS E/OU IMORAIS	304
5.2. DIREITO DE NÃO PRODUZIR PROVA CONTRA SI	305
5.3. SIGILO DE INFORMAÇÕES	307
5.4. AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE	308
5.5. LIMITAÇÃO NEGOCIADA	308
6. PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ	308
7. ÔNUS DA PROVA	309
8. PROVA EMPRESTADA	311
9. DEPOIMENTO DA PARTE	313
10. CONFISSÃO	314
10.1. FORÇA PROBATÓRIA	315
10.2. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL	315
11. PROVA DOCUMENTAL	315
11.1. EFICÁCIA PROBATÓRIA DE DOCUMENTO LITERAL PARTICULAR	316
11.2. EFICÁCIA PROBATÓRIA DA ATA NOTARIAL	317
11.3. MOMENTO DE PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	318
12. PROVA TESTEMUNHAL	318
12.1. INTIMAÇÃO	319
12.2. ORDEM DE OITIVA	320
12.3. INQUIRIÇÃO INDIRETA PELAS PARTES	321
13. PROVA PERICIAL	322
13.1. ADMISSIBILIDADE	322
13.2. ESCOLHA DO PERITO	322
13.3. LAUDO PERICIAL	323
13.4. PARECERES TÉCNICOS	324
CAPÍTULO 13 ► Coisa julgada e sua rescisão	327
<i>José Aparecido dos Santos</i>	
1. INTRODUÇÃO	327
2. COISA JULGADA: CONCEITO E ESTRUTURA	328
2.1. ESTRUTURA DO NOVO CPC E A COISA JULGADA	328
2.2. CONCEITO DE COISA JULGADA NO NOVO CPC	330
2.3. FINALIDADE DA COISA JULGADA	340
2.4. EFICÁCIA OU AUTORIDADE DA COISA JULGADA	341

SUMÁRIO

2.5.	OS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA COISA JULGADA.....	342
2.6.	MARCO TEMPORAL DA COISA JULGADA.....	344
2.6.1.	RECURSO NÃO ADMITIDO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	344
2.6.2.	TRÂNSITO EM JULGADO FRACIONADO.....	346
2.6.3.	INTERPOSIÇÃO SUCESSIVA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	347
2.7.	LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA E QUESTÃO INCIDENTAL.....	347
3.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	354
3.1.	CONCEITO E ESTRUTURA.....	354
3.2.	APLICAÇÃO SUPLETIVA DAS REGRAS DO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO.....	356
3.3.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	357
3.3.1.	DECISÃO DE MÉRITO OU IMPEDITIVA DE ANÁLISE DO MÉRITO.....	358
3.3.2.	TRÂNSITO EM JULGADO.....	359
3.4.	HIPÓTESES DE RESCINDIBILIDADE.....	360
3.4.1.	PECULIARIDADE DO PROCESSO DO TRABALHO: TRANSAÇÃO, RENÚNCIA OU CONFISSÃO.....	360
3.4.2.	HIPÓTESES DE RESCINDIBILIDADE.....	362
3.4.2.1.	I – PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO DO JUIZ.....	362
3.4.2.2.	II – IMPEDIMENTO OU INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO PROLATOR.....	362
3.4.2.3.	III – DOLO OU COAÇÃO DO VENCEDOR OU SIMULAÇÃO OU COLUSÃO ENTRE AS PARTES.....	363
3.4.2.4.	IV – OFENDER A COISA JULGADA.....	364
3.4.2.5.	V – VIOLAR MANIFESTAMENTE NORMA JURÍDICA.....	367
3.4.2.6.	VI – FALSIDADE DA PROVA EM QUE SE FUNDAR.....	372
3.4.2.7.	VII – PROVA NOVA.....	373
3.4.2.8.	VIII – ERRO DE FATO.....	375
3.5.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	376
3.6.	PROCEDIMENTO.....	377
3.6.1.	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO.....	377
3.6.2.	PETIÇÃO INICIAL.....	381
3.6.3.	CONTESTAÇÃO.....	382
3.6.4.	INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	383
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	384

CAPÍTULO 14 ► Os procedimentos especiais no processo comum e sua aplicação no processo do trabalho: um olhar a partir do novo Código de Processo Civil..... 387 *Luciano Athayde Chaves*

1.	ALGUMAS NOTAS SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E OS OBJETIVOS DESTES CAPÍTULOS.....	387
2.	OVERVIEW SOBRE OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CLÁUSULA DE SUBSIDIARIEDADE DAS NORMAS DO PROCEDIMENTO COMUM.....	391
3.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM ESPÉCIE COM POTENCIAL DE OCORRÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	393
3.1.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	393

SUMÁRIO

3.1.1.	DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	393
3.1.2.	DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	398
3.1.3.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	401
3.1.4.	DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	407
3.1.5.	DA OPOSIÇÃO	414
3.1.6.	DA HABILITAÇÃO	417
3.1.7.	DA AÇÃO MONITÓRIA.....	422
3.1.8.	DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS	426
3.2.	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	430
3.2.1.	AÇÃO DE ALVARÁ.....	432
3.2.2.	HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL, DE QUALQUER NATUREZA OU VALOR.....	447
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	452
CAPÍTULO 15 ► Os reflexos na execução trabalhista em face das alterações do novo CPC		455
<i>Marcelo Papaléo Souza</i>		
1.	INTRODUÇÃO.....	455
2.	EXECUÇÃO TRABALHISTA E AS ALTERAÇÕES DO NCPC.....	456
2.1.	OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO.....	458
2.2.	SEGMENTAÇÃO DOS MEIOS DE SATISFAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	460
2.3.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	460
2.4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	461
2.5.	PROTESTO DOS TÍTULOS JUDICIAIS.....	464
2.6.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	465
2.7.	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	466
2.8.	EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	467
3.	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	469
4.	PROCESSO DE EXECUÇÃO NO NCPC.....	470
4.1.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA EXECUÇÃO	470
4.2.	ATUAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	471
4.3.	INCLUSÃO DO DEVEDOR NO CADASTRO DOS INADIMPLENTES	471
5.	EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO.....	473
6.	FRAUDE À EXECUÇÃO	473
7.	EXECUÇÃO SINGULAR.....	477
8.	EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA, FAZER E NÃO FAZER.....	478
9.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA E PENHORA.....	478
10.	PENHORA DE QUOTAS OU AÇÕES DE SOCIEDADES PERSONIFICADAS	482
11.	PENHORA DE EMPRESA, DE OUTROS ESTABELECIMENTOS E DE SEMOVENTES	482
12.	PENHORA DE PERCENTUAL DO FATURAMENTO DE EMPRESA.....	483
13.	PENHORA DE FRUTOS E RENDIMENTOS DE COISA MÓVEL E IMÓVEL	483
14.	AVALIAÇÃO.....	484
15.	ADJUDICAÇÃO.....	484

SUMÁRIO

16.	ALIENAÇÃO.....	486
17.	LANCE E PREÇO VIL.....	488
18.	ALIENAÇÃO EM PRESTAÇÕES DO BEM PENHORADO.....	489
19.	ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DE INCAPAZ.....	490
20.	NÃO PAGAMENTO DO LANCE.....	490
21.	AUTO DE ARREMATÇÃO E ENTREGA DO BEM.....	491
22.	SATISFAÇÃO DO CRÉDITO.....	492
23.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	492
24.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	495
25.	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	495
26.	CONCLUSÃO.....	497
27.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	498

CAPÍTULO 16 ► Esparsas inferências da aplicação supletiva das disposições sobre cumprimento da sentença e execução do novo CPC ao processo do trabalho..... 501
Marcos Neves Fava

1.	NORTE DO NOVO CÓDIGO, IMPORTANTE À SATISFAÇÃO INTEGRAL E ESPECÍFICA.....	501
2.	DISPOSIÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E POSSÍVEL INCIDÊNCIA AO PROCESSO DO TRABALHO.....	503
3.	MULTAS. FIXAÇÃO E EXIGÊNCIA TAMBÉM PARA OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS.....	507
4.	PROTESTO DE SENTENÇA.....	509
5.	INTEGRAÇÃO DO POLO PASSIVO. AMPLIAÇÃO DOS DEVEDORES.....	511
6.	AMPLIAÇÃO DAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO.....	512
7.	FRAUDE À EXECUÇÃO. ELEMENTOS OBJETIVOS. GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	514
8.	A GUINADA DO VETOR DE PROTEÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO.....	515

CAPÍTULO 17 ► Da recepção do sistema de precedentes do CPC/2015 ao fortalecimento das ações coletivas rumo a uma tutela jurisdicional eficaz: encontros e desencontros dos sistemas de resolução de litigância de massa no Brasil..... 519
Sérgio Cabral dos Reis

1.	INTRODUÇÃO.....	519
2.	DA APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS CIVIL LAW E COMMON LAW.....	520
3.	LITIGÂNCIA REPETITIVA NA PERSPECTIVA DO CPC/2015 E FORTALECIMENTO DA MAGISTRATURA.....	524
4.	DO PARADOXO APARENTE: ABERTURA DO SISTEMA X RESPEITO AOS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS DE VÉRTICE.....	531
5.	DA NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ENFOQUE NAS AÇÕES COLETIVAS: A SOLUÇÃO DA LITIGIOSIDADE NA RAIZ SOCIAL DO PROBLEMA.....	538
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	545
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	546

CAPÍTULO 18 ► Os recursos de natureza ordinária e a ordem dos processos nos tribunais no novo CPC frente ao processo do trabalho	553
<i>Estêvão Mallet</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	553
2. FORMA.....	554
3. OMISSÕES.....	557
4. IMPRECIÇÕES TÉCNICAS.....	561
5. ÊNFASE NA INSTRUMENTALIDADE	562
6. ECONOMIA PROCESSUAL	567
7. CONTRADITÓRIO	573
8. INOVAÇÕES DO CÓDIGO E O EXEMPLO DO PROCESSO DO TRABALHO	576
9. VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	582
10. APLICAÇÃO CONTENCIOSA DA JURISPRUDÊNCIA.....	586
10.1. <i>DISTINGUISHING</i>	586
10.2. <i>OVERRULING</i>	588
11. MODULAÇÃO TEMPORAL DA JURISPRUDÊNCIA.....	591
12. CONCLUSÃO	595
CAPÍTULO 19 ► Incidente de assunção de competência e o processo do trabalho.....	597
<i>Leonardo Carneiro da Cunha e Fredie Didier Jr.</i>	
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	597
2. BREVE HISTÓRICO LEGISLATIVO	598
3. INSTRUMENTO DESTINADO A CONCRETIZAR A TUTELA DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	601
4. COMPETÊNCIA E CABIMENTO	601
5. OBJETIVOS.....	602
6. MICROSSISTEMA DE FORMAÇÃO CONCENTRADA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.....	603
6.1. APLICAÇÃO DO NÚCLEO DESSE MICROSSISTEMA.....	604
6.2. APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DO PRECEDENTE.....	604
6.2.1. PARTICIPAÇÃO DE AMICI CURIAE.....	604
6.2.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	605
6.2.3. REFORÇO DO DEVER DE MOTIVAR.....	605
6.2.4. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	606
6.2.5. PUBLICIDADE	607
6.2.6. REGRAS SOBRE SUPERAÇÃO.....	607
6.3. INCIDÊNCIA DAS NORMAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DO PRECEDENTE.....	608
7. PRESSUPOSTOS DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	609
8. LEGITIMIDADE PARA PROVOCAR A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	611
9. COMPETÊNCIA.....	612
10. ORDEM CRONOLÓGICA PARA JULGAMENTO E APLICAÇÃO AO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	613
11. RECURSO	614
CAPÍTULO 20 ► Incidente de julgamento de recursos de revista repetitivos.....	617
<i>Cláudio Brandão</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	617

SUMÁRIO

2.	APLICAÇÃO SUPLETIVA DO CPC.....	622
3.	FORMAÇÃO DO PRECEDENTE – UNIDADE SISTÊMICA: RACIONALIDADE DO SISTEMA – E REGRAS GERAIS.....	625
3.1.	ORDEM CRONOLÓGICA DE JULGAMENTOS	640
4.	PROCESSAMENTO DO INCIDENTE	641
4.1	EFEITOS DA DECISÃO DE AFETAÇÃO	644
4.2	INSTRUÇÃO.....	650
4.3.	JULGAMENTO E EFEITOS: VINCULAÇÃO, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO	655
4.4.	CONTROLE DE APLICAÇÃO DO PRECEDENTE	662
4.5.	O CONTROLE DE APLICAÇÃO DO PRECEDENTE NO PROCESSO DO TRABALHO	668
4.6.	QUESTÃO CONSTITUCIONAL.....	675
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	677
Anexo ►	Instrução Normativa nº 39/2016	
	do TST.....	679